

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, mas que por opção da Administração da Companhia foi apresentada, e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.811	6.416	Fornecedores		4.484	2.108
Clientes	5	5.184	4.106	Empréstimos	13	86.150	41.626
Despesas antecipadas	6	774	706	Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	1.808	1.375
Tributos a recuperar		39	25	Obrigações sociais e trabalhistas		1.093	986
Outras contas a receber	7	18.610	-	Partes relacionadas - fornecedores	14	2.452	1.365
Outros créditos		<u>72</u>	<u>146</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		1.451	1.392
Total do ativo circulante		<u>31.490</u>	<u>11.399</u>	Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar		81	-
				Provisão para manutenção	15	1.512	-
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		<u>3.763</u>	<u>2.891</u>
Tributos diferidos	11.a)	2.343	3.409	Total do passivo circulante		<u>102.794</u>	<u>51.743</u>
Depósitos judiciais	8	1.042	930				
Imobilizado	9	12.136	11.109	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	10	<u>100.196</u>	<u>83.267</u>	Empréstimos	13	-	5.500
Total do ativo não circulante		<u>115.717</u>	<u>98.715</u>	Provisão para manutenção	15	11.027	6.384
				Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	16	3.759	4.298
				Tributos diferidos	11.a)	<u>931</u>	<u>559</u>
				Total do passivo não circulante		<u>15.717</u>	<u>16.741</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17.a)	15.600	15.600
				Reserva de lucros - legal	17.b)	3.120	3.120
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.c)	<u>9.976</u>	<u>22.910</u>
				Total do patrimônio líquido		28.696	41.630
TOTAL DO ATIVO		<u>147.207</u>	<u>110.114</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>147.207</u>	<u>110.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	18	179.283	157.808
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(77.558)	(73.697)
LUCRO BRUTO		<u>101.725</u>	<u>84.111</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	19	(15.333)	(14.631)
Outras (despesas) receitas, líquidas		<u>16</u>	<u>(6)</u>
		(15.317)	(14.637)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>86.408</u>	<u>69.474</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	1.610	1.675
Despesas financeiras	20	<u>(7.753)</u>	<u>(6.902)</u>
		(6.143)	(5.227)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>80.265</u>	<u>64.247</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(25.379)	(20.477)
Diferidos	11.b)	<u>(1.439)</u>	<u>(1.108)</u>
		(26.818)	(21.585)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>53.447</u>	<u>42.662</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	21.a)	<u>3,43</u>	<u>2,73</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		15.600	3.120	1.311	(5.245)	14.786
Dividendos distribuídos (R\$0,08 por ação)		-	-	(1.311)	-	(1.311)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.662	42.662
Destinação do lucro:						
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,03 por ação)		-	-	-	(465)	(465)
Dividendos intermediários pagos (R\$0,90 por ação)		-	-	-	(14.042)	(14.042)
Constituição para reserva de dividendos		-	-	22.910	(22.910)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		15.600	3.120	22.910	-	41.630
Dividendos distribuídos (R\$1,47 por ação)	17.c)	-	-	(22.910)	-	(22.910)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.447	53.447
Destinação do lucro:						
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,07 por ação)	17.c)	-	-	-	(1.123)	(1.123)
Dividendos intermediários pagos (R\$2,71 por ação)	17.c)	-	-	-	(42.348)	(42.348)
Constituição para reserva de dividendos	17.c)	-	-	9.976	(9.976)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		<u>15.600</u>	<u>3.120</u>	<u>9.976</u>	<u>-</u>	<u>28.696</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.265	64.247
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	8.591	7.231
Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.709	1.107
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e obrigações fiscais	6.261	5.825
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	3.219	895
Constituição de provisão para manutenção, líquida	5.488	3.894
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	667	1.030
Tributos diferidos	-	(1.516)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.078)	(930)
Tributos a recuperar	(14)	(25)
Despesas antecipadas	(68)	(315)
Outros créditos e depósitos judiciais	(18.648)	(379)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.376	(137)
Obrigações sociais e trabalhistas	107	(24)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	433	12
Partes relacionadas - fornecedores	1.087	(321)
Pagamentos de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(3.758)	(416)
Outras contas a pagar	872	(696)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.320)	(19.200)
Juros pagos	(5.737)	(15.649)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>56.452</u>	<u>44.633</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(2.805)	(1.415)
Aquisição de intangível	<u>(25.451)</u>	<u>(24.405)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(28.256)</u>	<u>(25.820)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos	44.000	35.000
Pagamento de empréstimos	(5.500)	(47.500)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	<u>(66.301)</u>	<u>(14.507)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(27.801)</u>	<u>(27.007)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>395</u>	<u>(8.194)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.416	14.610
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.811	6.416
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>395</u>	<u>(8.194)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	168.931	147.499
Com construção	23.632	22.195
Outras receitas	<u>1.423</u>	<u>947</u>
	<u>193.986</u>	<u>170.641</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(63.852)	(66.089)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(12.847)	(11.821)
Outros	<u>15</u>	<u>(1.084)</u>
	<u>(76.684)</u>	<u>(78.994)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>117.302</u>	<u>91.647</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(8.591)	(7.231)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>108.711</u>	<u>84.416</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.610	1.675
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>110.321</u>	<u>86.091</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>110.321</u>	<u>86.091</u>
Pessoal	<u>7.597</u>	<u>7.495</u>
Remuneração direta	6.028	5.959
Benefícios	1.247	1.257
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	322	279
Impostos, taxas e contribuições	<u>41.524</u>	<u>34.418</u>
Federais	33.039	27.003
Municipais	8.485	7.415
Remuneração de capitais de terceiros	<u>7.753</u>	<u>6.761</u>
Juros	6.261	5.825
Outras	1.492	936
Remuneração de capitais próprios	<u>53.447</u>	<u>37.417</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	1.123	465
Dividendos intermediários pagos	42.348	14.042
Lucros retidos	9.976	22.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., mediante processo de aumento de capital na EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., transferiu o seu investimento da Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.8. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos (vide nota explicativa nº 12). Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.10. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 15.

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber é com a parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

2.11. Demais passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e o serviço são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a parte relacionada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.13. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e empréstimos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

2.14. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.15. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.16. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais

A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC) - IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos - tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.
- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios - esclarecem que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de essas participações, que representam participações minoritárias atuais, derem a seus detentores o direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

2.18. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível às mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida na rubrica “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação - substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente, de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2) - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2) - reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2) - as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (a) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 25.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e parte relacionada que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção decorrente dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão de manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do exercício (vide nota explicativa nº 14).

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	3.952	2.058
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>2.859</u>	<u>4.358</u>
Total	<u>6.811</u>	<u>6.416</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente às aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 101,8% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

5. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico (*)	3.961	3.097
Cupons de pedágio	1.114	883
Outras contas - receitas acessórias	<u>109</u>	<u>126</u>
	<u>5.184</u>	<u>4.106</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar".

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição das contas a receber.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$774 (R\$706 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU (vide nota explicativa nº 24).

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de R\$18.610 refere-se a valores de seguros a receber provenientes das chuvas que ocorreram na região do litoral do Estado do Paraná, especialmente nos Municípios de Morretes, Antonina e Paranaguá, causando danos de elevada monta a estes e ao seu entorno. A Rodovia BR-277 em seu segmento compreendido entre o km 41, região da Serra do Mar, e o km 8, acesso ao Município de Paranaguá, o qual está inserido no trecho concessionado, sofreu danos de médio a elevado portes, incluindo a perda total das pontes sobre os rios Jacareí, km 18,1, e Sagrado I, km 24,2. A Companhia, conforme estipulado no contrato de concessão, mantém apólice de seguro a fim de garantir o ressarcimento dos valores despendidos na recuperação da infraestrutura rodoviária e manter a circulação de seus usuários. Esses valores estão em processo de regulação pela companhia seguradora.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	930	650
Adições	279	301
Baixas	(459)	(102)
Atualização monetária	<u>292</u>	<u>81</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.042</u>	<u>930</u>

9. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado</u>	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2009	1.878	479	323	48	6.682	1.857	11.267
Adições	548	160	120	-	240	347	1.415
Baixas	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Depreciação	(591)	(84)	(57)	-	(619)	(219)	(1.570)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.832</u>	<u>555</u>	<u>386</u>	<u>48</u>	<u>6.303</u>	<u>1.985</u>	<u>11.109</u>
Adições	1.640	153	128	-	-	884	2.805
Baixas	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Depreciação	(666)	(108)	(66)	-	(630)	(273)	(1.743)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>2.806</u>	<u>600</u>	<u>448</u>	<u>48</u>	<u>5.673</u>	<u>2.561</u>	<u>12.136</u>
Taxas anuais de depreciação - %	15,0	10,0	10,0	-	5,0	10,0	

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

10. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2009	65.292	-	335	65.627
Adições	5.013	19.341	51	24.405
Baixas	(157)	(947)	-	(1.104)
Transferências	18.394	(18.394)	-	-
Amortização	(5.570)	-	(91)	(5.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>82.972</u>	<u>-</u>	<u>295</u>	<u>83.267</u>
Adições	2.288	23.126	37	25.451
Baixas	(271)	(1.403)	-	(1.674)
Transferências	17.340	(17.340)	-	-
Amortização	(6.745)	-	(103)	(6.848)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>95.584</u>	<u>4.383</u>	<u>229</u>	<u>100.196</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefício econômico futuro incorporado ao ativo. A taxa de amortização foi de 6,31% (6,16% em 31 de dezembro de 2010).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.278	1.461
Provisão para manutenção e amortização do intangível	788	1.614
Juros capitalizados	(758)	(559)
Outros	<u>104</u>	<u>334</u>
	<u>1.412</u>	<u>2.850</u>
Ativo diferido	2.343	3.409
Passivo diferido	<u>(931)</u>	<u>(559)</u>
	<u>1.412</u>	<u>2.850</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(18.628)	(15.027)
Imposto de renda diferido	<u>(1.058)</u>	<u>(814)</u>
	<u>(19.686)</u>	<u>(15.841)</u>
Variação na:		
Contribuição social - corrente	(6.751)	(5.450)
Contribuição social - diferida	<u>(381)</u>	<u>(294)</u>
	<u>(7.132)</u>	<u>(5.744)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.265	64.247
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(27.290)	(21.844)
Juros sobre o capital próprio	382	158
Outros	<u>90</u>	<u>101</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(26.818)</u>	<u>(21.585)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - corrente	(25.379)	(20.477)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social - diferido	(1.439)	(1.108)

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto sobre faturamento:		
ISS	766	649
Cofins	460	391
PIS	100	85
ISS na fonte	114	36
Outros impostos	<u>368</u>	<u>214</u>
	<u>1.808</u>	<u>1.375</u>

13. EMPRÉSTIMOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro	Novembro de 2012	109,0% do CDI	44.476	-
Capital de giro	Maio de 2012	107,7% do CDI	6.213	11.692
Capital de giro	Novembro de 2012	110,2% do CDI	<u>35.461</u>	<u>35.434</u>
			<u>86.150</u>	<u>47.126</u>
Circulante			<u>86.150</u>	<u>41.626</u>
Não circulante			<u>-</u>	<u>5.500</u>

Os empréstimos adquiridos pela Companhia foram destinados para capital de giro e compra de equipamentos operacionais. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Em 11 de novembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$44.000 com a finalidade de capital de giro.

A Companhia através de um aditivo de contrato prorrogou o empréstimo no valor de R\$35.000 para vencimento em novembro de 2012. Este empréstimo não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de empresas a ela relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Intangível-			
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	72	-
		<u>72</u>	<u>-</u>
Passivo circulante:			
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	39	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	2	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	2.411	1.365
		<u>2.452</u>	<u>1.365</u>
Despesa:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	24	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	30	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	13.346	17.160
		<u>13.400</u>	<u>17.160</u>
Custo-			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	4.693	-
		<u>4.693</u>	<u>-</u>

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$18.039, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. é de R\$7.353, incluindo o aditivo contratual, deste total, foram incorridos R\$3.114, restando um saldo de R\$4.421 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 10,44% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	22.609	7.146	-	29.755
Efeito valor presente sobre constituição	(4.450)	-	(1.658)	(6.108)
Realização da manutenção	(14.002)	-	-	(14.002)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>2.227</u>	<u>-</u>	<u>667</u>	<u>2.894</u>
	<u>6.384</u>	<u>7.146</u>	<u>(991)</u>	<u>12.539</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>1.512</u>
Não circulante	<u>6.384</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>11.027</u>

16. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso de caixa foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	1.829	225	(202)	318	2.170
Trabalhista (b)	<u>1.990</u>	<u>182</u>	<u>(214)</u>	<u>170</u>	<u>2.128</u>
	<u>3.819</u>	<u>407</u>	<u>(416)</u>	<u>488</u>	<u>4.298</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2011</u>
Cível (a)	2.170	916	(895)	603	2.794
Trabalhista (b)	<u>2.128</u>	<u>1.052</u>	<u>(2.863)</u>	<u>648</u>	<u>965</u>
	<u>4.298</u>	<u>1.968</u>	<u>(3.758)</u>	<u>1.251</u>	<u>3.759</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam R\$1.353, em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.297 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$89 (R\$117 em 31 de dezembro de 2010) avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social é de R\$15.600, representado por 15.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio, limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no exercício no valor de R\$1.123 (R\$169 de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras e estão demonstrados como distribuição de dividendos, não sendo apresentados, entretanto, nas demonstrações do resultado, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$65.259 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, dos quais R\$42.349 são referentes ao exercício de 2011 e R\$22.910 referentes ao lucro do exercício de 2010.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Prejuízos acumulados	-	(5.245)
Lucro líquido do exercício	<u>53.447</u>	<u>42.662</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>53.447</u>	<u>37.417</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	13.531	9.424
Dividendos intermediários pagos	42.348	14.042
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>1.123</u>	<u>465</u>
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	<u>9.976</u>	<u>22.910</u>

18. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	92.256	88.719
Pedágio por equipamento eletrônico	46.718	29.421
Pedágio em cupons e vale-pedágio	<u>29.957</u>	<u>29.359</u>
	168.931	147.499
Receita de construção	23.632	22.195
Receitas acessórias (*)	<u>1.423</u>	<u>947</u>
Receita bruta	193.986	170.641
Deduções de receita	(14.703)	(12.833)
Receita líquida	<u>179.283</u>	<u>157.808</u>

(*) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal	7.597	7.495
Conservação e manutenção	12.152	14.021
Serviços de terceiros (*)	27.108	25.871
Seguros	1.198	1.099
Poder Concedente	2.181	2.234
Locação	1.021	876
Provisão para manutenção	5.488	3.894
Custos com construção	23.632	22.195
Depreciação e amortização	8.591	7.231
Outros	<u>3.923</u>	<u>3.412</u>
	<u>92.891</u>	<u>88.328</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	77.558	73.697
Despesas gerais e administrativas	<u>15.333</u>	<u>14.631</u>
	<u>92.891</u>	<u>88.328</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.500	1.597
Outras	<u>110</u>	<u>78</u>
	<u>1.610</u>	<u>1.675</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(6.261)	(5.825)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	(667)	(1.030)
Outras	<u>(825)</u>	<u>(47)</u>
	<u>(7.753)</u>	<u>(6.902)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.143)</u>	<u>(5.227)</u>

21. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>3,43</u>	<u>2,73</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>53.447</u>	<u>42.662</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>15.600</u>	<u>15.600</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

22. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a administração de participação no resultado aos seus empregados vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício de 31 de dezembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$505 (R\$347 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB, remunerados a taxas que variam entre 101,8% e 102,0% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamentos são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida (i)	86.150	47.126
Caixa e equivalentes de caixa	(6.811)	(6.416)
Dívida líquida	<u>79.339</u>	<u>40.710</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>28.696</u>	<u>41.630</u>
Índice de endividamento líquido	2,76	0,98

- (i) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.
- Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	5.184	5.184
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	2.859	2.859
Passivos:			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	4.484	4.484
Empréstimos (iii)	Outros passivos financeiros	86.150	85.576

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Calculados através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.
- a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$3.961 (R\$3.097 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) <u>efetiva % a.a.</u>	<u>2012</u>
Capital de giro	108,97% do CDI	86.150

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>11.624</u>	<u>13.923</u>	<u>16.677</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	11,60%	14,50%	17,40%

(*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

24. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em setembro de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$56 (R\$42 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

25. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u> <u>R\$ mil</u>
“All Risk” - responsabilidade civil	Agosto de 2011 a agosto de 2012	174.087
Seguro-garantia	Novembro de 2011 a novembro de 2012	103.421
“All Risk” - perda de receita	Agosto de 2011 a agosto de 2012	174.087
“All Risk” - patrimoniais	Agosto de 2011 a agosto de 2012	402.205
“All Risk” - engenharia	Agosto de 2011 a agosto de 2012	15.722

26. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano de R\$60 mensais e do 12º ano até o final do contrato de R\$66 mensais.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga até o 11º ano de R\$10 mensais e do 12º ano ao final do contrato de R\$11 mensais.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	23.632	22.195
Custos de construção	(23.632)	(22.195)
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia não possui compromissos futuros, as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

A Ecovia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão é novembro de 2021). A atual Administração do Governo do Estado do Paraná busca reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2008, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2008, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já através de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias para determinadas categorias de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, estando atualmente no aguardo de eventuais recursos aos tribunais superiores. A Ecovia busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Ecovia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.